



Revista Comunicação Midiática
ISSN: 2236-8000
v. 12, n. 3, p. 129-144, set./dez. 2017

**Jornalismo e contra-hegemonia:
o trabalho de tradução da luta por moradia**

**Periodismo y contra-hegemonía:
el trabajo de traducción de la lucha por la vivienda**

**Journalism and counter-hegemony:
the work of translation of the struggle for housing**

Jorge Kanehide Ijuim

Professor do Departamento de Jornalismo da UFSC. Doutor em Ciências da Comunicação/Jornalismo pela ECA/USP. ijuimjor@gmail.com

Míriam Santini de Abreu

Graduação em Comunicação Social pela UNISINOS, especialização em Educação e Meio Ambiente pela UDESC e mestrado em Geografia pela UFSC. É doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC. misabreu@yahoo.com.br

RESUMO

A partir da proposta de Boaventura de Sousa Santos, o artigo explora a possibilidade de o jornalismo fazer o trabalho de tradução das experiências sociais que se contrapõem aos modelos hegemônicos ditados pelo capitalismo global. A base empírica da análise é um conjunto de 11 entrevistas pautado pela discussão da luta por moradia. A hipótese é que o caminho aberto pelo autor, por sua afirmação contra-hegemônica, pode se firmar plenamente apenas em um jornalismo que também seja contra-hegemônico, de crítica à atual fase do capitalismo e ao próprio jornalismo.

Palavras-chave: Jornalismo e Sociedade, Jornalismo contra-hegemônico, Trabalho de tradução, Luta por moradia, Boaventura de Sousa Santos

RESUMEN

A partir de la propuesta de Boaventura de Sousa Santos, el artículo explora la posibilidad de que el periodismo haga el trabajo de traducción de las experiencias sociales que se contraponen a los modelos hegemónicos dictados por el capitalismo global. La base empírica del análisis es un conjunto de 11 entrevistas pautado por la discusión de la lucha por la vivienda. La hipótesis es que el camino abierto por el autor, por su afirmación contrahegemónica, puede afirmarse plenamente sólo en un periodismo que también sea contrahegemónico, de crítica a la actual fase del capitalismo y al propio periodismo.

Palabras clave: Periodismo y Sociedad, Periodismo contrahegemónico, Trabajo de traducción, Lucha por vivienda, Boaventura de Sousa Santos

ABSTRACT

From the proposition of Boaventura de Sousa Santos, the article explores the possibility of journalism doing the work of translation social experiences that oppose the hegemonic models dictated by global capitalism. The empirical basis of the analysis is a set of 11 interviews based on the discussion of the struggle for housing. The hypothesis is that the path opened by the author, by his counter-hegemonic assertion, can only be fully established in a journalism that is also counter-hegemonic, critical of the current phase of capitalism and journalism itself.

Keywords: Journalism and Society, Counter-hegemonic journalism, Work of translation, Struggle for housing, Boaventura de Sousa Santos

Introdução

O artigo explora a possibilidade de o jornalismo fazer o trabalho de tradução das experiências sociais que se contrapõem aos modelos hegemônicos ditados pelo capitalismo global. A base teórica de investigação é a proposta por Boaventura de Sousa Santos em sua formulação sobre a sociologia das ausências, a sociologia das emergências e o trabalho de tradução, que criticam o modelo dominante da racionalidade ocidental e ampliam a compreensão do mundo e as formas como nele se cria e legitima o poder social. O produto da análise é o conjunto de 11 entrevistas realizadas para o Projeto de Extensão “Escritos em Movimento”¹, desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) ao longo de 2016 e pautado pela discussão da luta pela cidade e o acesso à moradia. A partir deste objeto de análise, a hipótese é que o caminho aberto pela formulação do citado autor, por sua afirmação contra-hegemônica, pode se firmar plenamente apenas em um jornalismo que também seja contra-hegemônico, de crítica à atual fase do capitalismo e ao próprio jornalismo.

A proposta de Boaventura de Sousa Santos nutriu-se de um projeto de investigação sobre experiências de movimentos sociais e de organizações não-governamentais para combater a globalização neoliberal e o capitalismo global. O conjunto de conclusões é extremamente rico para se pensar o jornalismo. O autor constatou que 1) a experiência social em todo o mundo é muito mais ampla e variada do que aquelas consideradas as importantes pela tradição científica e filosófica ocidental; 2) esta experiência é amplamente desperdiçada; 3) para combater esse desperdício, é necessário um modelo diferente de racionalidade e, como consequência, de ciência social (Santos, 2002, p. 238). Assim, ao modelo de racionalidade dominante, denominado pelo autor de razão indolente, ele propõe outro, o de razão cosmopolita, que se funda nos três procedimentos sociológicos citados: a sociologia das ausências, a sociologia das emergências e o trabalho de tradução.

Para estreitar a ligação dessa formulação com o jornalismo, é preciso aprofundar um pouco mais a proposta do autor no que se refere ao tempo e à temporalidade. Santos (2002) afirma que a característica mais fundamental da concepção ocidental de racionalidade é o duplo movimento de contrair o presente e expandir o futuro:

A contracção do presente, ocasionada por uma peculiar concepção da totalidade, transformou o presente num instante fugidio, entrincheirado entre o passado e o futuro. Do mesmo modo, a concepção linear do tempo e a planificação da história permitiram expandir o futuro indefinidamente. Quanto mais amplo o futuro, mais radiosas eram as expectativas confrontadas com as experiências do presente (Santos, 2002, p. 239).

É por este diagnóstico que se acelera o desperdício da experiência social e, para afirmá-la em sua potência no presente, é que o autor propõe uma trajetória inversa: expandir o presente e contrair o futuro, criando o espaço-tempo necessário para inverter a lógica apontada. Para expandir o presente, Santos propõe a sociologia das ausências; para contrair o futuro, uma sociologia das emergências, sendo o processo de tradução o caminho para criar uma inteligibilidade mútua entre experiências possíveis e disponíveis (Santos, 2002, p.

239). A sociologia das ausências implica o movimento de dilatação do presente, trazendo à tona as alternativas/experiências ignoradas, invisibilizadas nas ciências sociais convencionais, tirando-as da condição de não-existência e alçando-as à condição de alternativas às experiências hegemônicas na disputa política. Segundo Santos, há cinco formas sociais de não-existência produzidas ou legitimadas pela razão metonímica², que se reivindica como a única forma de racionalidade: o ignorante, o residual, o inferior, o local e o improdutivo:

Trata-se de formas sociais de inexistência porque as realidades que elas conformam estão apenas presentes como obstáculos em relação às realidades que contam como importantes, sejam elas realidades científicas, avançadas, superiores, globais ou produtivas. São, pois, partes desqualificadas de totalidades homogêneas que, como tal, apenas confirmam o que existe e tal como existe. São o que existe sob formas irreversivelmente desqualificadas de existir (Santos, 2002, p. 249).

Segundo o autor, é a produção social dessas ausências que contrai o presente e desperdiça as múltiplas experiências sociais. Para caminhar em outro sentido, de dilatação do presente, a sociologia das ausências revela a diversidade e a multiplicidade das práticas sociais, contrapondo-as às práticas hegemônicas (Santos, 2002, p. 253). A este movimento soma-se outro, o de contrair o futuro, caminho sinalizado pela sociologia das emergências, que abre um leque “(...) de possibilidades plurais e concretas, simultaneamente utópicas e realistas, que se vão construindo no presente através das actividades de cuidado” (Santos, 2002, p. 253). Santos trabalha com o conceito de Ainda-Não, proposto por E. Bloch, para expressar o modo como o futuro se inscreve no presente e o dilata, como se carrega de possibilidades e de incertezas, caldo para transformações possíveis e necessárias:

A sociologia das emergências actua tanto sobre as possibilidades (potencialidade) como sobre as capacidades (potência). O Ainda-Não tem sentido (enquanto possibilidade), mas não tem direcção, já que tanto pode terminar em esperança como em desastre. Por isso, a sociologia das emergências substitui a ideia de determinação pela ideia axiológica do cuidado. A axiologia do progresso é, assim, substituída pela axiologia do cuidado. Enquanto na sociologia das ausências a axiologia do cuidado é exercida em relação às alternativas disponíveis, na sociologia das emergências é exercida em relação às alternativas possíveis (Santos, 2002, p. 256-7).

Assim, as experiências sociais são o campo da sociologia das ausências, sendo as expectativas sociais o campo da sociologia das emergências, jogo cujo resultado busca mais equilíbrio entre o par experiência/expectativa para dilatar o presente e encurtar o futuro, realçando novos caminhos de emancipação social. Essas sociologias, afirma Santos, estão estreitamente ligadas porque quanto mais o mundo revelar experiências disponíveis, mais experiências possíveis irão se concretizar no futuro. E entre os campos sociais que o autor considera os mais importantes para essa multiplicidade e diversidade se revelarem estão os de comunicação e informação³, que inclui 1) os fluxos globais de informação e os meios de

comunicação social globais e 2) as redes de comunicação independente transnacionais e os meios independentes alternativos (Santos, 2002, p. 260).

No vasto campo aberto por sua proposta, Santos também delinea o caminho para novas formas de pensar e de conceber sentidos para a totalidade social em suas inesgotáveis formas de expressão. O caminho é o que ele denomina trabalho de tradução, procedimento que permite a inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo disponíveis e possíveis, aumentando o campo das experiências como um todo para melhor se avaliar que possibilidades elas abrem para confrontar a globalização neoliberal, não no futuro, e sim no presente.

O trabalho de tradução se dá sobre saberes (entre duas ou mais culturas com preocupações semelhantes e diferentes respostas a elas) e sobre as práticas e seus agentes (os saberes aplicados, transformados em práticas e materialidades). No segundo caso, o procedimento busca criar inteligibilidade recíproca entre formas de organização e entre objetivos de ação:

Tal como sucede com o trabalho de tradução de saberes, o trabalho de tradução das práticas é particularmente importante entre práticas não-hegemônicas, uma vez que a inteligibilidade entre elas é uma condição da sua articulação recíproca. Esta é, por sua vez, uma condição da conversão das práticas não-hegemônicas em práticas contra-hegemônicas. O potencial anti-sistêmico ou contra-hegemônico de qualquer movimento social reside na sua capacidade de articulação com outros movimentos, com as suas formas de organização e os seus objectivos. Para que essa articulação seja possível, é necessário que os movimentos sejam reciprocamente inteligíveis (Santos, 2002, p. 265-6).

Santos (2002) afirma que a tradução é um trabalho intelectual, político e também emocional, por se relacionar com o inconformismo diante de uma carência decorrente de conhecimentos ou práticas incompletas ou deficientes. Os tradutores de culturas devem ser o que o autor designa como intelectuais cosmopolitas, encontrados entre dirigentes de movimentos sociais e ativistas de base. E o jornalismo e os jornalistas? Podem também se afirmar neste trabalho, traduzindo as experiências sociais que se contrapõem aos modelos hegemônicos ditados pelo capitalismo global? A resposta é afirmativa, mas para tal enfatizamos que há condições: o jornalismo, para enfrentar a tarefa, precisa se demarcar como jornalismo contra-hegemônico.

Jornalismo contra-hegemônico

A concepção de jornalismo contra-hegemônico aqui adotada é a desenvolvida por Guimarães (2015). A partir da obra de K. Marx e de A. Gramsci, e ancorada na formulação teórica marxista de jornalismo de A. Genro Filho, a autora aponta a necessidade de uma imprensa e de uma prática jornalística que, mais do que críticas, se pautem por uma construção contra-hegemônica no capitalismo⁴. Para isso, é necessário ir além do objetivo – bastante limitado - de esclarecimento do indivíduo ou de democratização das vozes, tendo como

objetivo último a construção da consciência para alcançar o grau de consciência de classe visando uma prática de transformação da realidade (Guimarães, 2015, p. 224-5).

Ao investigar o conjunto de princípios, técnicas e orientações éticas que moldaram o fazer jornalístico que se legitimou como prática social e profissional, a autora identificou duas características deste modelo que possibilitam a reflexão sobre como erigir uma prática jornalística contra-hegemônica. A primeira é a concepção de objetividade que, no jornalismo hegemônico, se confunde com a busca de neutralidade. A segunda é a ideia de atualidade como fragmentação da realidade social.

A autora mostra como a consciência imediata ou empírica, o senso comum, e suas manifestações no cotidiano, na vivência das contradições entre a concepção de mundo e a realidade concreta, são o fértil caminho em que o jornalismo que busca ser contra-hegemônico pode encontrar a sua especificidade: “Até porque é no terreno das contradições imediatas, vividas e sentidas, mas também traduzidas, organizadas e ressignificadas por práticas como o jornalismo, que se dá a luta de classes” (Guimarães, 2015, p. 234). É a partir deste cotidiano socialmente compartilhado que o jornalismo contra-hegemônico pode se dirigir aos sujeitos, incluindo-os em uma coletividade não fragmentada no movimento histórico.

O jornalismo hegemônico não tem compromisso com a emancipação social. Logo, o trabalho de tradução a partir dele até pode se dar, mas por uma ou outra brecha, de forma inconsistente e isolada. Guimarães afirma a necessidade de o jornalismo contra-hegemônico não se colocar como um objetivo em si mesmo, e sim ser parte de um empenho de direção política e cultural voltado para a organização social concreta da classe trabalhadora. No Brasil, observa a autora, não se consolidaram jornais de massa que de fato se efetivassem como instrumentos de disputa de hegemonia. Muitos sindicatos e partidos políticos que se autodenominam de esquerda produzem jornalismo por inúmeros meios ou apoiam iniciativas da chamada mídia alternativa ou independente, mas a fragmentação faz com que sejam instrumentos de contra-informação e de denúncia da manipulação da grande mídia, e não instrumentos de fato contra-hegemônicos.

Escritos em Movimento

As limitações apontadas devem ser alvo de debate e pesquisa para que se construam possibilidades de o jornalismo fazer o trabalho de tradução exposto por Santos. Neste sentido, são a seguir apresentadas as particularidades da experiência concretizada com o Projeto de Extensão “Escritos em Movimento”, desenvolvido ao longo de 2016 e pautado pela discussão da luta pela cidade e o acesso à moradia. O projeto registrou testemunhos de 11 pessoas que estiveram à frente das primeiras ocupações organizadas em Florianópolis - denominadas pela mídia hegemônica de invasões -, no final dos anos 1980 e início dos anos 1990. São pessoas que ocuparam (2), organizaram (2), assessoraram (3), fizeram cobertura jornalística (2) e atuaram no parlamento (2) para buscar o direito à moradia naquele período histórico, muitas delas atuantes ainda hoje por este direito⁵. O produto resultante deste projeto foi um conjunto de 11 entrevistas disponibilizadas em conta no YouTube e aqui analisado como uma experiência de jornalismo contra-hegemônico a partir das reflexões de Boaventura de Sousa Santos⁶.

Fazer essa reflexão tendo a capital catarinense como cenário de investigação justifica-se porque a cidade, desde a década de 1980, tem buscado desenvolver uma estratégia de

marketing ancorada no potencial turístico e na qualidade de vida. Nesse sentido, consolidaram-se dois slogans, “Ilha da Magia” e “Floripa”. Em 1991, com a criação do mercado comum entre o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai, a capital catarinense passou a ser divulgada pelo governo local como “A Capital Turística do Mercosul” (Sugai, 2015, p. 27). Neste contexto, intensificou-se a disputa pelo uso da terra urbana.

Em Florianópolis, que vende a imagem de “cidade sem favelas”, é importante ressaltar que, por circunstâncias históricas, as áreas onde atualmente moram famílias predominantemente de baixa renda se constituíram a partir de ocupações, organizadas ou não. A capital catarinense experimentou ocupações urbanas lentas e espontâneas, originalmente na parte central da Ilha, onde predomina o Maciço do Morro da Cruz. No final dos anos 1980, isso mudou com o início das ocupações organizadas, abrangendo a Ilha e o Continente⁷, havendo depois, nos anos 1990 e 2000, novamente a predominância das ocupações espontâneas e, a partir de 2012, a retomada das ocupações organizadas. Nestas três décadas de intervalo, ocorreram transformações que alteraram a capital, que tinha jeito de província, transformando-a em atrativo turístico relacionado especialmente às suas belas paisagens e praias.

Ressalta-se que, muito antes que a vocação turística se constituísse efetivamente como parte da solução para aumentar o dinamismo de Florianópolis, a imprensa local noticiava a existência das favelas e de suas moradias precárias. Em 10 de setembro de 1952, o *Diário da Tarde*, ligado à UDN, dizia que, longe “da rotina viciada da praça de Florianópolis”, era possível observar “com tristeza e lágrimas nos olhos as pequenas favelas miseráveis e os seus miseráveis habitantes”, que “conviviam com lama, sujeira e imundície, invadindo as calçadas e penetrando em outros quintais vizinhos”, população esta formada por “heróis anônimos”, “mortos-vivos”, que proporcionavam uma “visão revoltante para os olhos do turista e para os olhos dos moços e dos velhos” (Lohn, 2016, p. 112). Quase 20 anos depois, em 4 de agosto de 1972, o jornal *O Estado* referia-se aos programas habitacionais geridos pelo governo militar e ao novo perfil sociocultural da cidade, que atraía milhares de trabalhadores migrantes em busca de emprego. O crescimento desordenado, devido à chegada de “populações interioranas”, dizia o jornal, poderia “gerar na periferia da capital do estado um macabro anel de favelas, criando um ambiente propício à proliferação da miséria, do crime e do vício” (Lohn, 2016, p. 112).

Peres assinala que a partir dos anos 1970 é que se dá a crise do padrão de desenvolvimento territorial no país, o qual gerou impactos urbano-habitacionais na Área Conurbada de Florianópolis (que inclui São José, Biguaçu e Palhoça), levando ao surgimento dos sem-teto, “(...) os quais são a ‘ponta do iceberg’ do processo de pauperização, espoliação, periferização e segregação do trabalho” (Peres, 1995, p. 108). Entre as determinações deste processo, o autor destaca a adoção de uma política habitacional rentabilista e discriminatória; a reestruturação do capital imobiliário e turístico baseada em um turismo intensivo e segregador, impulsionando os megaprojetos; a expansão das obras públicas e investimentos imobiliários como elementos de valorização urbana; a privatização das terras públicas; a legislação urbana como elemento de impulso à expansão imobiliária e a omissão em relação à problemática ambiental (Peres, 1995, p. 108).

A acelerada urbanização de Florianópolis acompanha o que acontece no país, que, em duas décadas, entre os anos 1950 e 1970, vê se inverter a relação entre a população rural e urbana. O descompasso entre este processo e a não-distribuição da riqueza, com o consequente aumento da pobreza, começam a provocar reações no final dos anos 70, quando, em

meio à repressão política da ditadura militar, ressurgem os movimentos sociais, sindicais e políticos, muitos deles ligados ao movimento da Reforma Urbana, que consiste em um planejamento de longo prazo do espaço ocupado pela cidade, buscando uma melhoria significativa da qualidade de vida para a população como um todo. No Brasil, este movimento ganhou força nos anos 80, consolidando-se no Fórum Nacional de Reforma Urbana, uma articulação de entidades da sociedade civil formada em 1987.

Esta articulação nacional também tomou corpo em Florianópolis. Em 14 de setembro de 1984, cerca de 40 pessoas acamparam na frente do Palácio do Governo de Santa Catarina, exigindo o direito à moradia, na que é considerada a primeira ocupação organizada em Florianópolis e que deu início ao movimento dos sem-teto. Seis anos depois, em 1990, a organização do movimento social estava apta para fazer a primeira ocupação de terras onde hoje está o bairro Monte Cristo, na porção continental de Florianópolis. Nos anos seguintes, novas ocupações ocorreram, processo que perdeu força a partir de 1993, em função de divisões internas do movimento e das expectativas criadas com a eleição e gestão da Frente Popular (PPS, PT, PCdoB, PCB, PSB, PDT, PSDB e PV) em Florianópolis, entre 1993 a 1996 (Peres, 1995, p. 117).

Nas duas décadas seguintes, o crescimento populacional de Florianópolis foi acompanhado também pela agudização do déficit habitacional, e 2012 marca o que Canella (2015) define como o segundo ciclo de ocupações organizadas na Área Conurbada de Florianópolis, com a Ocupação Contestado, no município de São José, e, em dezembro de 2013, a Ocupação Amarildo, no Norte da Ilha de Santa Catarina. Depois de duas décadas de ocupações espontâneas em diferentes localizações, em terrenos menos valorizados, os leitores, ouvintes e telespectadores da imprensa local acompanharam, durante sete meses, uma ocupação organizada, a Amarildo, que ocorreu às margens da SC-401, próximo ao acesso a um dos bairros mais valorizados do país, Jurerê⁸. Foi uma ocupação que irrompeu no cotidiano da cidade, defendendo a reforma urbana e a reforma agrária e que chegou a ter cerca de 700 famílias, deixando a nu o déficit habitacional na capital onde a busca pelas melhores localizações tem historicamente privilegiado a classe dominante. Cabe assinalar que, ao contrário do que ocorreu nos anos 1990 nas primeiras ocupações no bairro Monte Cristo, onde as famílias conseguiram concretizar o direito à moradia, as famílias da Ocupação Amarildo se dispersaram depois de intensa repressão pela via policial, judicial e midiática, restando hoje pouco mais de dez transferidas, depois de longa negociação, para uma área rural no município de Águas Mornas, na Região Metropolitana de Florianópolis, distante cerca de 50 quilômetros da capital⁹.

Villaça diz que estar em um ponto do espaço e não em outro traz vantagens competitivas na grande mercadoria que é a cidade e, por isso, as classes sociais disputam a mais expressiva vantagem do espaço, a localização, por ela se relacionar também com o controle do tempo:

Toda produção/consumo de espaço é produção/consumo de localizações, e toda produção de localizações é produção de tempo, visto toda localização ser caracterizada precisamente pelos tempos de deslocamento do ser humano a ela associados (Villaça, 1998, p. 356).

O autor diz que, para controlar a produção do espaço urbano, as camadas de alta renda utilizam três mecanismos: o mercado, especialmente o mercado imobiliário, o Estado – pela localização das instituições públicas, a produção de infraestrutura e a legislação urbanística – e a ideologia (Villaça, 1998, p. 336-7). No caso específico do espaço urbano, aponta o autor, a ideologia, universalizando interesses particulares, “(...) faz passar *a cidade* como aquela *parte da cidade* que é de interesse da classe dominante” ou a que identifica “a cidade” com a parte da cidade onde estão as camadas de mais alta renda (1998: 344 e 348, com grifo no original).

Cabe acentuar que, em Florianópolis, o elevado preço da terra urbana, devido à sua concentração monopólica e privada, têm fortes implicações pela predominância do setor de turismo e tecnologia na economia, e não do setor produtivo, fazendo com que a classe dominante local seja eminentemente rentista, dependendo do Estado, das obras de infraestrutura e da ideologia para fazer valer o seu interesse nas melhores localizações, fundamentais para a dinâmica do turismo.

A cobertura jornalística da mencionada Ocupação Amarildo pelos principais veículos da imprensa de Florianópolis foi atravessada pela ideologia na forma apontada por Villaça (1998), com forte componente de discriminação e de criminalização do movimento de ocupação como um todo, acentuadas pelo fato de o terreno ocupado não ser periférico, e sim central na disputa por localizações na Ilha¹⁰. A ideia do projeto de extensão que inspirou o produto jornalístico “Escritos em Movimento” surgiu a partir do acompanhamento desta cobertura e da possibilidade de refletir sobre o segundo ciclo de ocupações urbanas organizadas na capital catarinense a partir do primeiro, lá no início dos anos 1990.

Esta ligação temporal é o primeiro de dois elementos que apontamos nesta tentativa de trabalho de tradução de experiências sociais, no caso as de luta por moradia em Florianópolis. A experiência social dos anos 1990, objeto de reflexão dos 11 entrevistados que gerou o produto disponibilizado no YouTube, liga-se à dos anos 2010 em diante, quando reiniciaram as ocupações urbanas organizadas em Florianópolis. Elas são as experiências disponíveis que podem servir de referência para a construção de experiências possíveis na disputa pela terra urbana, hoje presente em todo o país. Inserem-se na categoria do Ainda-Não apontada por Santos, expressando o que existe apenas como tendência, possibilidade incerta, mas não neutra, de utopia e salvação ou de desastre e perdição. Apontam o horizonte limitado de possibilidades de cada momento, no movimento de não desperdiçar a oportunidade única de uma transformação específica que o presente oferece (Santos, 2002, p. 255). Os depoimentos ajudam a esclarecer o que houve de exitoso naquele primeiro ciclo de ocupações e porque não se repetiram os mesmos resultados nas ocupações a partir de 2010.

Lembramos que o trabalho de tradução se dá sobre os saberes e também sobre as práticas e seus agentes, para que sejam reciprocamente inteligíveis e tenham capacidade de articulação. Este é o segundo elemento que apontamos como característica das experiências sociais visibilizadas no produto jornalístico “Escritos em Movimento”. Os entrevistados afirmam que parcela expressiva do êxito das ocupações nos anos 1990 ocorreu porque 1) houve articulação entre diferentes instituições e movimentos sociais, seus dirigentes e ativistas e 2) houve organização prévia que aprimorou a concepção de trabalho coletivo para um objetivo comum. Cabe ressaltar que foram entrevistadas pessoas que estavam em diferentes posições sociais quando as ocupações ocorreram, possibilitando também que a experiência social fosse interpretada de pontos de vista distintos, ou seja, um trabalho de tradução, por assim dizer,

entrecruzado por múltiplas perspectivas de quem se envolveu naquela experiência social. Seleccionamos trechos que evidenciam essas afirmações:

1 - (...) essa organização era de formação das pessoas das comunidades, de levar consciência política, de discutir com elas, de ter trocas. Então esse trabalho de formiguinha, de paciência, eu acho que fez o grande diferencial. Não se decidia numa cúpula, tentava não se decidir numa cúpula, se decidia de forma coletiva, com vários parceiros, e tinha esse trabalho incansável de estar lá na comunidade, de fazer reuniões por grupos, por ruas, por grupos de influência, então essa coisa do formiguinha era importante (...)

Entrevista feita em 15/09/2016 com Elisa Jorge, então estudante do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Ela assessorou as ocupações.

2 - (...) então as ocupações não eram um fenômeno isolado. As ocupações eram o fenômeno de um movimento que nasceu do Movimento dos Sem-Teto, e, a partir deste movimento, também na cidade tinha um certo processo de redes, de parcerias, de articulação (...) as ocupações não foram espaços ou dimensões de algumas pessoas que puxaram. Nós detonamos esse processo junto de organizar esse caminho, mas tinha muitas vertentes de pequenas organizações, de pequenas manifestações, diríamos assim, de uma cultura que já vinha se organizando a partir deste caminho (...)

Entrevista feita em 07/11/2016 com Vilson Groh, padre que atuava junto a movimentos sociais que, entre outros temas, lutavam pelo direito à moradia, levando à criação do CAPROM (Centro de Apoio e Promoção ao Migrante) e às primeiras ocupações organizadas na capital catarinense.

3 - (...) desde que a gente veio para cá, a gente trabalha junto, as comunidades (...) o que a gente aprendeu é que a gente tem que brigar com nossos políticos, não brigar entre nós. Nós temos que dar as mãos e brigar com os políticos (...)

Entrevista feita em 01/04/2016 com Milita Maria Marques, ocupante e hoje moradora da localidade Nova Esperança, que faz parte do bairro Monte Cristo.

4 - (...) o que marcou para mim foi esse trabalho coletivo (...) de ir em busca, de ir à conquista, de ir aos órgãos públicos, isso eu não sabia, isso para mim foi uma aprendizagem, fiquei com isso até hoje (...)

Entrevista feita em 06/05/2016 com Francisca das Chagas dos Santos, ocupante e hoje moradora da localidade Novo Horizonte, que faz parte do bairro Monte Cristo.

5 - (...) prestamos toda a ajuda que foi possível, com assessoria jurídica (...), a discutir, a buscar as melhores formas, depois, na hora de preparar um projeto de lei de autoria municipal para viabilizar a implantação do projeto que viabilizaria a solução. Então, esses eram papéis fundamentais que a gente tinha que desempenhar, e a gente tinha clareza. Então, a gente entrava nesses momentos e, cumpridos esses papéis, a gente saía, para que a pessoas continuassem sendo autoras de suas próprias histórias. Isso é muito rico, né? Eu até vi o depoimento de algumas pessoas dessas com as quais eu tive o prazer de trabalhar neste momento aí e vejo que até hoje essas pessoas que ocuparam terra têm uma consciência clara do

que fizeram, né? Que não tem ilusões até hoje de como se dá o embate (...) os medos que elas tinham, que eram medos reais, medos humanos, né, de desempenhar uma forma de luta que até então era tida como criminosa, porque qualquer tentativa da burguesia de se apropriar do espaço público era tida como natural. Mas uma tentativa de uma classe popular de se apropriar de um espaço público para resolver uma questão fundamental e essencial para a vida era tida como criminosa. Então, a gente pegava isso aí e jogava: isso aí é uma luta de classe, isso aqui é uma sociedade burguesa, que quer expulsar essa gente daqui como bandido, como isso, como aquilo, e não é, são as nossas pessoas, que trabalham na casa de cada um de vocês aí. Muita gente trabalhava de doméstica nessas ocupações e trabalhava na casa dessas pessoas, então a gente aproveitava isso e trazia essa questão para a realidade. Então o trabalho foi excelente, porque ele foi planejado, e foi levado à frente, e cada um de nós cumpria o seu papel (...) mas sempre sob orientação da organização do movimento. Isso foi fundamental. Então essas experiências não morrem nunca, porque as pessoas que participam dessa experiência ficam marcadas na sua história e elas irão reproduzir isso entre as pessoas que [com quem] elas vivem pro resto da vida. (...) Então é preciso voltar de novo a fazer esta luta com clareza, que o inimigo central é este sistema aí, nós precisamos destruir ele, entendeu, e construir outro, um sistema solidário, humano, no lugar dele, né? Essa visão a gente tinha, foi por isso que participamos da luta e vimos que fazendo as coisas dessa maneira, o movimento cresceu, se fortaleceu. As pessoas eram felizes de poder estar desempenhando aquele papel. Sofriam, é verdade, passavam medos, etc, mas não há nada como a dignidade resgatada de um indivíduo que aprendeu a lutar depois de ter realizado o combate, entendeu. Olha, pode se perder muita coisa no combate, mas ter chegado no final dele é espetacular para a vida daquele pessoa, entendeu. Ela vai reproduzir aquilo e é dessa massa que nós somos feitos (...)

Entrevista feita em 01/12/2016 com Vitor Sérgio Schmidt, primeiro vereador pelo PT em Florianópolis e em cujo mandato ocorreram as primeiras ocupações organizadas em Florianópolis.

Do ponto de vista do jornalismo, os trechos das entrevistas acima selecionados apontam para a afirmação de Guimarães, de um deslocamento necessário, na *função* do jornalismo que se pretende contra-hegemônico: 1) do esclarecimento para a construção da *consciência*, e 2) da mudança do *sujeito* para quem essa prática deve se voltar, do indivíduo para a *classe* (2015, p. 231, com grifos no original). A importância deste deslocamento é explicitada pela autora:

Como vimos, a construção da contra-hegemonia pressupõe, em primeiro lugar, um esforço de superação das ideias dominantes que, ao se universalizarem ideologicamente, fazem com que o consenso em torno da dominação atinja também (e principalmente) as classes trabalhadoras. Mas, também como já foi sinalizado, é preciso que, uma vez abaladas as bases do consenso estabelecido, exista algo para ser colocado em seu lugar. Ou melhor, para sermos mais precisos: é necessário que o processo de desconstrução desse consenso seja, ele próprio, parte da construção de uma nova concepção de mundo, coerente com as necessidades dos trabalhadores. E esta, por sua vez, para que seja orgânica e não apenas uma expressão de fé, só se

constrói como parte da experiência concreta (embora não espontânea) – de vida, de exploração e luta – desses trabalhadores (Guimarães, 2015, p. 233).

No produto aqui analisado, o conjunto de entrevistas sobre as primeiras ocupações organizadas em Florianópolis, evidencia-se este movimento da esfera individual para a coletiva, do sujeito para a classe, na luta por moradia. Ela não se extingue em iniciativas isoladas, com maior ou menor êxito. A partir da perspectiva de Santos, percebe-se que aquela experiência social se contrapunha ao modelo hegemônico de ocupação de Florianópolis, tendo sido articulada por instituições e movimentos sociais. E cabe ressaltar como a experiência aparecia na mídia hegemônica, a partir do depoimento de Elaine Tavares, uma das duas jornalistas entrevistadas para o “Escritos em Movimento”:

A primeira coisa que tinha era a paixão pelo próprio jornalismo e a certeza de que jornalismo é narrar a vida das gentes, não qualquer gente, é narrar a vida (...) das vítimas do sistema, aqueles que não têm espaço na televisão, não tinham espaço no jornal. Nós passávamos a noite com aquelas pessoas incríveis e, no dia seguinte, a gente via o jornal chamando aquelas pessoas de criminosas, de marginais. Não eram, eram trabalhadores rurais, com a vida miserável, tinham vindo lá do interior (...) em busca de uma vida melhor (...) Não pode existir outro jornalismo que não esse que vai no lugar, vê, ouve e narra. No meu caso, um jornalismo comprometido, que era estar do lado deles.

Entrevista feita em 16/05/2016 com Elaine Tavares, jornalista que cobriu as ocupações no final dos anos 1990 a serviço dos movimentos e instituições que organizaram os moradores

Evidencia-se, nos depoimentos, e em especial nos trechos selecionados, que as primeiras ocupações organizadas em Florianópolis configuraram o que Zizek define como a forma mais elementar do acontecimento: não algo que ocorre dentro do mundo, e sim uma mudança no próprio arcabouço pelo qual o percebemos e nos envolvemos nele (Zizek, 2017, p. 16). As ocupações, fazendo frente ao projeto hegemônico de reservar as melhores localizações da capital catarinense aos mais ricos, irrompem no cotidiano como algo a desafiar o senso comum de que a pobreza é um fato e um destino individual e neste âmbito deve ser enfrentada, silenciando a realidade social que a provoca e alimenta. E este desafio mudou a vida e levou a outro patamar a capacidade de interpretação do mundo de quem delas participou, na condição de sujeito na e da cidade, na forma como expressa Harvey:

O direito à cidade (...) não é apenas um direito condicional de acesso àquilo que já existe, mas sim um direito ativo de fazer a cidade diferente, de formá-la mais de acordo com nossas necessidades coletivas (...), definir uma maneira alternativa de simplesmente ser humano. Se nosso mundo urbano foi imaginado e feito, então ele pode ser reimaginado e refeito (Harvey, 2013, p. 33).

Considerações finais

Vimos que Santos coloca a comunicação e informação entre os campos sociais mais importantes para revelar a multiplicidade e a diversidade das experiências sociais através do trabalho de tradução. Afirmamos que, no jornalismo, essa possibilidade pode se abrir em sua plenitude com o jornalismo contra-hegemônico, de crítica radical à atual fase do capitalismo. Ao responder a pergunta “para quê traduzir”, o autor afirma que os problemas que o paradigma da modernidade ocidental procurou resolver continuam sem resposta e sua resolução é cada vez mais urgente:

O trabalho de tradução cria as condições para emancipações sociais concretas de grupos sociais concretos num presente cuja injustiça é legitimada com base num maciço desperdício de experiência. O trabalho de tradução, assente na sociologia das ausências e na sociologia das emergências, apenas permite revelar ou denunciar a dimensão desse desperdício. O tipo de transformação social que a partir dele pode construir-se exige que as constelações de sentido criadas pelo trabalho de tradução se transformem em práticas transformadoras (Santos, 2002, p. 274).

Com o conjunto de entrevistas do “Escritos em Movimento”, aqui tratado como uma possibilidade de trabalho de tradução no âmbito do jornalismo concretizada em um produto, foi possível perceber um duplo movimento: 1) ressignificar a experiência social exitosa das ocupações nos anos 1990 para compreender as condições deste êxito – como a atuação articulada de todas as instituições, movimentos sociais e atores nelas envolvidos – e a transformação individual e coletiva dos que a experienciaram, tendo a conquista da moradia como resultado concreto; 2) constatar que aquela experiência foi parte de um amplo projeto contra-hegemônico de disputa pela terra urbana em Florianópolis.

Como foi visto, a hegemonia do capital e da mercadoria transfere para o futuro a vida das pessoas, e o presente fica comprimido e empobrecido, homogeneizando as experiências sociais. A perspectiva apontada por Santos dilata o presente, faz florescer a multiplicidade do real que é subalterna no capitalismo. Com a realidade mais rica e diversa, o tempo é mais lento, dilatado, e o presente fala com mais força da diversidade e multiplicidade das práticas sociais. Assim, o futuro é o espaço do Ainda-Não, ele não está determinado, é incerto, mas o cuidado de que necessita vem e virá dos que constroem um caminho de esperança.

Nesse sentido, a intensidade da transformação social propiciada pela experiência social das ocupações, concretizada em um determinado período histórico, aponta possibilidades para outras experiências sociais possíveis no processo de disputa da cidade, e cabe ao jornalismo, na perspectiva aqui adotada, ser espaço de desvelamento destas possibilidades e de suas contradições para ser instrumento efetivo de emancipação social.

Recebido em: 31 maio. 2017

Aceito em: 9 nov. 2017

¹ O projeto teve como objetivo principal dar tratamento jornalístico e, assim, propiciar visibilidade a testemunhos que relatam e interpretam a luta pela reforma urbana em Florianópolis, a qual, a partir dos anos 1980, reuniu pessoas e movimentos que, ao longo dos anos, continuam a atuar, especialmente na habitação e meio ambiente, buscando se contrapor aos discursos e práticas dos atores hegemônicos em relação ao crescimento/desenvolvimento de Florianópolis (SC). O projeto se pautou pelos objetivos de uma atividade de extensão universitária, que são, entre outros, estimular a troca de saberes entre a Universidade e a sociedade e preservar e proteger o conhecimento produzido pela sociedade.

² O autor explica que usa o conceito de metonímia, uma figura do discurso, para significar a parte pelo todo (Santos, 2002: 240).

³ Os campos citados pelo autor são: Experiências de conhecimentos; Experiências de desenvolvimento, trabalho e produção; Experiências de reconhecimento; Experiências de democracia; Experiências de comunicação e de informação.

⁴ A autora, a partir de uma detalhada explanação, trabalha com o conceito de jornalismo contra-hegemônico no entendimento de que há limites nas estratégias que se colocam no campo do chamado jornalismo alternativo, muitas das quais buscam apenas diversificar ou promover “boas práticas” de informação, conhecimento ou entretenimento, de forma descolada das lutas concretas de transformação da realidade, ou limitam-se a uma guerra de versões com a mídia hegemônica, no movimento de genericamente apontar seu caráter manipulatório. A autora considera essas iniciativas importantes, mas insuficientes para a disputa de hegemonia.

⁵ A entrevista tem uma dupla dimensão: de técnica para a obtenção de informações e de enquadramento no gênero jornalístico informativo (entrevista-perfil). As feitas para o projeto se enquadram no segundo caso.

⁶ As entrevistas estão disponíveis em <https://www.youtube.com/channel/UCYr27D1AcPAh4CPOdCWKJ4w>

⁷ A capital catarinense engloba toda a Ilha de Santa Catarina e tem ainda 11 bairros no continente.

⁸ Em maio de 2012, a imprensa regional noticiava que Jurerê Internacional era o terceiro endereço mais caro do Brasil, com preço médio do metro quadrado entre R\$ 9,5 mil e R\$ 9,7 mil, segundo pesquisa da Fipe realizada a pedido da revista *Exame*. Disponível em: <<http://osoldiario.clicrbs.com.br/sc/noticia/2012/05/jurere-internacional-e-o-terceiro-bairro-mais-valORIZADO-DO-PAIS-3769235.html>>. Acesso em 15 mai. 2017.

⁹ Não é objetivo deste artigo discutir os motivos pelos quais a Ocupação Amarelado não alcançou os objetivos pretendidos, apesar de a análise crítica desta e das ocupações de 1990 estar à espera de um importante trabalho de tradução. Mas assinalamos que Calheiros pesquisou o tema em TCC desenvolvido no curso de Graduação em Ciências Sociais da UFSC e apontou os principais problemas, dificuldades e desafios enfrentados pela ocupação, em relação aos quais conclui: “Desse modo, chega-se ao pressuposto de que talvez uma das possíveis causas que possam ter contribuído para a saída em massa das famílias, tenha origem na opção de suas lideranças pela escolha e imposição de um projeto de âmbito agrário a uma base social notadamente urbanizada” (2016, p. 174).

¹⁰ No âmbito das pesquisas em jornalismo, a cobertura jornalística da Ocupação Amarelado já foi tema de dois Trabalhos de Conclusão de Curso, o primeiro com base teórica nos estudos de Wolf e Traquina sobre os critérios de noticiabilidade e metodologia de Análise do Discurso (Costa, 2014), e o segundo com base teórica em Boaventura de Sousa Santos e metodologia de Análise da Narrativa (Toledo, 2016). Cabe destacar a pesquisa de Toledo, que localizou 72 publicações sobre o assunto, entre elas 34 reportagens, 18 opiniões de colunistas e cinco editoriais.

Referências

CALHEIRO, Fernando Vonsowski. **Terra, trabalho e teto: movimento de ocupação Amarildo de Souza e a luta por reforma agrária popular na região da Grande Florianópolis**. TCC (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Ciências Sociais. 2016.

CANELLA, Francisco. Cidade turística, cidade de migrantes: movimento dos sem-teto e representações sociais em Florianópolis (1989 - 2015). **Revista Libertas On-Line** (Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade de Juiz de Fora - MG). v. 15, n. 2 (2015). Disponível em: <<https://libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article/view/3070>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

COSTA, Bianca Queda; FLORES, Giovanna Benedetto. Somos todos amarelado: o discurso jornalístico do Diário Catarinense e da Gazeta da Ocupação. **Revista Científica Ciência em Curso**, [S.l.], v. 4, n. 2, p. p. 97-108, dez. 2015. Disponível em: <http://www.portalde-periodicos.unisul.br/index.php/ciencia_curso/article/view/3381>. Acesso em: 15 mai. 2017.

GUIMARÃES, Cátia Corrêa. **Jornalismo e luta de classes: desvendando a ideologia do modelo informativo na busca da contra-hegemonia**. Tese apresentada à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/pct/2016/Mencoes-Honrosas/Servico-Social-Catia-Correa-Guimaraes.PDF>>. Acesso em: 24 mai. 2017.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In.: MARICATO, Hermínia et al. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013. p. 27-34.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Artífices do futuro: cultura política e a invenção do tempo presente de Florianópolis (1950-1980)**. Florianópolis: Insular, 2016.

PERES, Lino Fernando Bragança. Da crise do padrão habitacional de grande escala à expansão das periferias urbanas: os sem-teto como a ponta do iceberg do processo de segregação e exclusão sócio-espacial. In: **Encontro Nacional da Anpur**, 6, 1995, Brasília. Anais... Brasília: ANPUR, 1995. p. 106-125.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 63, Outubro 2002: 237-280 Disponível em <<http://rccs.revues.org/1285>>.

SUGAI, M. I. **Segregação silenciosa: investimentos públicos e distribuição sócio-espacial na área conurbada de Florianópolis**. Florianópolis: EdUFSC, 2015.

TOLEDO, Luciane Gonçalves. **Jornalismo e invisibilidade social: uma crítica à cobertura do Diário Catarinense sobre a Ocupação Amarildo**. TCC (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Comunicação e Expressão. Jornalismo, 2016.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

ZIZEK, Slavoj. **Acontecimento**: uma viagem filosófica através de um conceito. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.